

Os sabores das pontas-de-picolé

O Paranoá está praticamente concentrado nas mãos dos ricos proprietários de pontas-de-picolé — as privilegiadas áreas mais próximas ao lago. Por descaço, conivência ou insuficiência de poder para conter a influência desses poderosos proprietários, o Governo do Distrito Federal permitiu que as cercas das residências fossem prolongadas até as margens do lago, aumentando assim a área dos terrenos e transformando o Paranoá numa espécie de clube privê.

É no Lago Sul que a privatização é maior. Embora seja uma área composta por 8.616 terrenos, apenas 222 são pontas-de-picolé, segundo técnicos do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU) da Secretaria de Viação e Obras. No Lago Norte, os efeitos da privatização são menores, mas atingem proporções idênticas, já que dos 5.780 lotes, somente 119 formam pontas-de-picolé, conforme a "prefeita" da área, Sílvia Seabra.

Em ambos os casos, contudo, percebe-se que os proprietários dessas pontas, além de usufruírem do lazer à beira do lago, usam esse privilégio para especulação imobiliária, elevando astronomicamente o preço dos lotes e das residências. Na Península dos Ministros, por exemplo, os aluguéis estão na faixa de Cr\$ 1 milhão, e quem quiser ser proprietário de um lote, terá de desembolsar pelo menos Cr\$ 40 milhões. Pior de tudo: quem adquire acredita que o seu terreno se estende realmente até à beira do Paranoá, mesmo que o tamanho da propriedade esteja especificado na planta da área, pois na maioria das vezes já encontra o lote cercado.

No Lago Norte, os moradores estão tentando evitar os mesmos erros e distorções cometidos pelos seus vizinhos do Lago Sul. Em dezembro passado, por



SÍLVIA SEABRA

exemplo, os moradores votaram e aprovaram democraticamente o Plano de Ocupação do Lago Norte, proposto pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Com isso, os moradores tentam garantir o direito de opinar e decidir sobre o destino do lago, como fizeram na construção da ciclovia, aprovada através de plebiscito.

Esse processo democrático não ocorreu — e não ocorre — no Lago Sul, onde os moradores não estão organizados. Os efeitos dessa desorganização foram mostrados por técnicos do DAU. Segundo eles, algumas áreas verdes existentes nas quadras internas e que seriam reservadas ao lazer, foram invadidas por cercas. José Carlos Mello, secretário de Viação e Obras, nega que isso tenha ocorrido. O que houve, conforme explicou, foi a apresentação de plantas para a urbanização do local, mas como elas não foram registradas, prevaleceu o Plano de Ocupação do CAU, que prevê, no Lago Sul, áreas residenciais e áreas comerciais.

Temendo que novos invasores privilegiados deturpem o projeto de ocupa-

ção, os moradores do Lago Norte se responsabilizam pela fiscalização e denunciam os proprietários que se apossam de áreas públicas. Permanentemente eles mantêm uma campanha velada contra os posseiros das margens das pontas-de-picolé, na tentativa de devolver à área à comunidade.

Sílvia Seabra, a "prefeita" do Lago Norte, encabeça essa luta, contando com o apoio dos proprietários dos demais lotes que não têm acesso ao Paranoá. Essa privatização, segundo Sílvia, "só ocorre em Brasília". Exemplificando, lembrou que Camberra, capital da Austrália, recebeu um lago artificial depois que a cidade já estava construída. Mesmo assim, suas margens não foram privatizadas, mas sim, transformadas em parques públicos.

Brasília, contudo, não é Camberra. Sílvia tem consciência disso. Daí entender que se não for montada uma infraestrutura urbanística às margens do lago, logo o Paranoá será poluído por problemas sociais. Os moradores, conforme Sílvia, não temem uma invasão de ferozeiros. "Isso é uma preocupação elitista" — define, esclarecendo que eles temem ser importunados por assaltantes, pois sem iluminação e policiamento, a urbanização incentivaria a ação dos marginais.

Não foi isso, entretanto, que ocorreu na praça próxima à ponte Costa e Silva, um dos únicos lugares do Lago Sul aberto ao público. Ao contrário de marginais, o que se vê ali são casais de namorados, que transformam a praça num motel a céu aberto. O único problema é a poluição, pois a área reservada ao estacionamento fica repleta de detritos, que vão desde inocentes copos de sorvete até supositórios.